
**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL AMAZÔNICO NO
CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: DAS
COMMODITIES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO REGIONAL AMAZÓNICO EN
EL CONTEXTO DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL
CAPITAL: LAS *COMMODITIES* A DESARROLLO SOSTENIBLE**

**THE PRODUCTION OF REGIONAL AMAZON SPACE IN THE
CONTEXT OF INTERNATIONALIZATION OF CAPITAL: FROM
COMMODITIES TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

Karina Furini da Ponte²

RESUMO: O presente artigo tem como proposta refletir sobre o processo de organização da região amazônica orientada pelo capital internacional e pelo Estado. Nesse sentido, aponta-se que o início do processo de vinculação amazônica ao mercado externo ocorreu com a produção da borracha no século XXI e desde então, a região sempre se construiu entorno da exploração e exportação de bens primários. Nos séculos XX e XXI esse enfoque consolidou-se com as *commodities* através da madeira, do gado e da mineração e contraditoriamente a fronteira socioambiental com base na perspectiva do desenvolvimento sustentável e tendo como foco os serviços ambientais e o manejo florestal sustentável da madeira. Como resposta a essa forma de organização evidencia-se o desmatamento ambiental, a expropriação dos sujeitos bem como o controle sobre o território de vida e de trabalho que passa a ser orientado para a lógica do capital e não para a autonomia dos povos da floresta.

PALAVRAS CHAVE: Estado. Capital. *Commodities*. Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN: En este artículo se pretende reflexionar sobre el proceso de organización de la región amazónica impulsada por el capital internacional y el Estado. El inicio del proceso de vinculación da Amazonia a mercado extranjero ocurrido con la producción de caucho en el siglo XXI y, desde entonces, la región siempre ha sido construido en torno a la explotación y exportación de bienes primarios. En los siglos XX y XXI, este enfoque se consolidó con la frontera de las *commodities* a través de la madera, ganado y minería y contraditoriamente la frontera social y ambiental basado en la perspectiva del desarrollo sostenible y se centra en los servicios ambientales y el manejo forestal sostenible de la madera. En respuesta a esta forma de organización es evidente en la deforestación ambiental, la expropiación de los sujetos, así como el control sobre el territorio de vida y de trabajo que se orienta a la lógica del capital y no a la autonomía de los pueblos de los bosques.

¹ O artigo apresentado é resultado das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado intitulada: “O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo de caso a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)” defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, tendo como orientador o Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

² Professora doutora do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC) e membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho”(CEGeT). E-mail: karinaponte211@botmail.com

PALABRAS CLAVE: Estado. Capital. *Commodities*. Desarrollo Sostenible.

ABSTRACT: This article aims at reflecting on the process of organization of the Amazon region oriented by both the international capital and the State. The beginning of the process of the Amazon connected to the external market occurred with the production of rubber in the 21st century and since then; the region has always been around the exploration and the exportation of primary goods. In the 20th and 21st centuries, such approach was consolidated with the frontier of commodities through wood, cattle, and mining, and contradictorily the socio-environmental frontier, based on the perspective of sustainable development, and focus on environmental services, and the sustainable forest wood management. As a response to this form of organization, it is evident the environmental deforestation, the expropriation of the individuals, as well as the control over the territory of life and work that starts to be oriented by the logic of capital and not by the autonomy of the forest's peoples.

KEYWORDS: State. Capital. Commodities. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem como objetivo analisar o papel do Estado juntamente com o capital internacional, no processo de (re)organização do espaço amazônico a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho entre os séculos XIX a XXI.

Para o desenvolvimento do artigo apresentado partiu-se de leituras e reflexões a partir de vários autores como principalmente, Becker (1990) e (2005), Oliveira (1991), Porto Gonçalves (2006) (2001) e Paula (2013), o que resultou em um trabalho de cunho teórico que traz a tona uma discussão sobre a organização da região amazônica brasileira frente à influência do capital.

O ponto de partida da análise foi com a produção da borracha em escala comercial a partir do final do século XIX devido sua importância para a Amazônia tanto em termos de vinculação internacional diante do abastecimento das indústrias nascentes oriundas da Revolução Industrial, quanto internamente pelo resultado no processo de “ocupação” populacional da região.

A economia da borracha perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e mesmo com ações do governo federal e estadual, se mantém como uma atividade tradicional na região vinculada mais ao caráter social do que necessariamente comercial.

Assim, a partir dos governos militares nas décadas de 1960-70, a Amazônia foi objeto de novas articulações mediante a introdução de ações do estado federal para efetivar o processo de internacionalização da economia brasileira com a inserção de novas

atividades econômicas na região amazônica, como a pecuária, a madeira e os projetos de mineração.

Essa construção serviu como substrato para que a partir da década de 1990, a Amazônia se transformasse na fronteira das *commodities* e das atividades atreladas à proposta do “desenvolvimento sustentável”³. Com isso, acentuou a vinculação com o capital internacional através da modernização das antigas atividades econômicas citadas acima, imprimindo este caráter sustentável e a inserção de outros serviços ambientais ligados à “venda” do crédito de carbono.

Portanto, ao discutir a construção histórica da Amazônia, o caráter de exploração e controle dos sujeitos da terra/natureza sempre esteve presente, seja através de ações do capital nacional e internacional, como também da sua personificação por meio do Estado.

A ORGANIZAÇÃO REGIONAL AMAZÔNICA DIANTE DAS POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DE *COMMODITIES*

A ocupação e a inserção do espaço amazônico à economia-mundo remontam ao período da colonização, com a invasão portuguesa nessa região. Porém, o aprofundamento desta política mercantilista de integração da Amazônia só ocorreu no início do século XVIII, com a criação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão pelo Marquês de Pombal.

Para Pereira (2005, p. 70), esta companhia representou “o primeiro modelo de economia organizado a fazer funcionar o extrativismo das riquezas amazônicas”, principalmente com as drogas do sertão e produtos como a castanha, a sorva, a borracha de uso artesanal e a agricultura.

Nesse sentido, Becker (2005a, p. 23) reforça que “a ocupação da Amazônia ocorreu em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional”, sendo que, primeiramente, foram comandados por Portugal a partir de uma economia colonial, em seguida pela Inglaterra, e depois com os Estados Unidos, ambos na passagem da

³ Utilizamos o termo desenvolvimento sustentável entre aspas, pois partimos da análise de sua vinculação como uma alternativa de reprodução do capital diante de sua crise estrutural e como resultado tem-se a apropriação e a exploração da natureza e do trabalho.

mercantilização para a industrialização, inclusive no período em que a extração da borracha entra no circuito internacional da Revolução Industrial.

Desse modo, no final do século XIX foi dado início ao primeiro auge da borracha na Amazônia, o que gerou transformações de grande magnitude na organização espacial da região e nas relações internas e externas. Dentre as relações internacionais, foram as novas necessidades advindas da Revolução Industrial que provocaram a inserção da Amazônia, a partir da exportação da borracha, na economia-mundo “em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafos, telefone, energia)” (PORTO GONÇAVES, 2001, p. 83).

Em seguida, a produção generalizada de pneumáticos⁴ amplia a utilização da borracha e aumenta a relevância da Amazônia dentro da nova divisão internacional do trabalho.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve o declínio por completo da economia gumífera/borracha amazônica vinculada ao capital mercantil internacional, embora essa situação não signifique a desvinculação da região no processo da divisão internacional do trabalho, mas assume uma nova posição diante de um cenário externo de interesses conduzido por agentes internos. A respeito, Becker (1990, p. 11) ressalta que:

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço.

Assim, essa nova posição da Amazônia na divisão internacional do trabalho após a Segunda Guerra Mundial é construída principalmente pelo Estado nacional através de articulações políticas com a burguesia nacional e internacional, que buscaram intensificar a integração nacional ao circuito econômico global.

É a partir da década de 1950 que iniciam as intervenções do governo federal na região amazônica, no sentido de reestruturar o espaço nacional para alcançar sua integração e tendo como finalidade recuperar sua inserção internacional, como reforça Costa (1988,

⁴ Produção de pneus

p.50) de o foco era “ocupar, povoar, valorizar economicamente” a Amazônia a partir de uma perspectiva de conjunto e com o objetivo de integrar ao restante do país.

Assim, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953⁵, como instrumento de definição dessas estratégias, concretizadas somente com os planos lançados nas décadas de 1960 e 1970, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e os subsequentes Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND).

Juntamente com a SPVEA foram estabelecidas duas medidas importantes: a formulação do Plano Quinquenal (1955-59), em que estariam norteadas as atividades do Estado na região Amazônica a partir da ação do SPVEA; além da delimitação da “Amazônia Legal” (1953) como área de intervenção para as políticas econômicas e regionais englobando “os estados do Pará, Amazonas, norte de Goiás, norte de Mato Grosso, oeste do Maranhão e os territórios de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá”⁶ (COSTA, 1988, p. 51).

O estabelecimento da “Amazônia Legal” significava o primeiro passo do governo federal na federalização de territórios sob seu domínio, o que significa que “criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade” (BECKER, 1990, p. 14). Assim, facilitaria a extensão de seu domínio sobre a condução do uso do território.

Essa foi uma importante estratégia do governo federal, tanto que posteriormente, criaram-se outras formas de federalizar os territórios como através do Programa de Colonização Oficial da década de 1970, os Polos de Desenvolvimento instalados através do II PND (1975-79), e por fim, o Programa Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN).

A federalização do território assumiu um caráter relevante diante da instalação do golpe militar de 1964, já que os objetivos centrais do governo eram a segurança nacional e a modernização do Brasil a partir de sua integração. Com isso, o controle do território permitiria a concretização desses objetivos.

⁵ Em 1966 foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

⁶ Este limite da Amazônia Legal corresponde ao período de sua instalação, embora ao longo dos anos foi sofrendo alterações devido às mudanças na divisão política do país.

Nesse sentido, a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima, pois no plano interno além de se apresentar como solução para os problemas das tensões sociais do Nordeste ao direcionar fluxos migratórios para uma região com baixa densidade populacional, permite também a continuidade do crescimento do Sudeste enquanto possibilidade de novos investimentos.

Por outro lado, a ocupação significava o controle de um território com foco na necessidade da segurança nacional, já que a ditadura militar surge com o lema: “do que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética” e, assim, retorna a questão da Amazônia como fronteira ideológica (OLIVEIRA, 1991).

Nesse contexto ainda, Oliveira (1991) realiza uma análise dessa construção ideológica ressaltando que o Estado autoritário brasileiro construiu estratégias para entregar os recursos da Amazônia aos grupos internacionais, principalmente norte-americanos, e para encobrir da sociedade condenava os planos de internacionalização da Amazônia (construído por eles próprios) através de um discurso de que esses planos ameaçavam a segurança nacional e que uma forma de combatê-los seria a integração nacional.

Assim, em nome da premissa de que o desenvolvimento nacional garantirá a segurança do território, os governos militares foram entregando os recursos nacionais da Amazônia para os EUA e outros grupos aliados acentuando ainda mais o processo de internacionalização da economia brasileira.

Para Loureiro (2009), a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho continua baseada no modelo exportador de matéria-prima e de produtos semi elaborados; nada novo já que este formato teve início com a produção da borracha no século XIX e continuará, já que não há esforço e nem interesse do Estado e muito menos do capital internacional, para modificar este modo de organização.

Então, essa integração nacional seria o objetivo primordial para o governo militar realizar o processo de internacionalização da economia brasileira, mas por outro lado, era necessária a ocupação regional do território. E para que esta estratégia fosse alcançada, várias medidas foram articuladas, como a implantação de redes de integração espacial, superposição de territórios federais sobre os estaduais, subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios, conforme esclarece Becker (1990).

E foi com base nestes princípios que em 1967 surge o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado no governo Médici e formalmente dirigido para o Nordeste e à

Amazônia. No entanto, o objetivo central era a integração da Amazônia à economia nacional e, conseqüentemente, internacional.

O PIN foi composto por dois pontos centrais de ação: a integração espacial e a implantação do Programa de Colonização Oficial do governo federal.

A integração espacial priorizou a abertura de rodovias para ligar as regiões do Brasil. Foram 6.000 km de estradas federais ligando três eixos rodoviários: a Belém-Brasília; a Brasília-Cuiabá-Santarém; e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, além da Transamazônica (PORTO GONÇAVES, 2001).

Foi ao longo dos percursos das rodovias construídas que os migrantes e o capital adentraram na floresta amazônica ocupando as terras marginais. Deste modo, Porto Gonçalves (2001) reforça que a década de 1960 marca um novo padrão de organização social do espaço geográfico amazônico onde as estradas representam o principal eixo de estruturação do território.

Por outro lado, além da necessidade de criar mecanismos de ligação do território nacional, era necessário “ocupar” populacionalmente a região através de fluxos migratórios não somente com a necessidade de povoar, mas principalmente para a formação de força de trabalho. Assim, instituíram o Programa de Colonização Oficial através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esse sistema de colonização oficial foi implantado principalmente no trecho paraense da Transamazônica, já que era realizado preferencialmente nas faixas de 10 km de largura ao longo das rodovias construídas pelo PIN.

A esse respeito, Oliveira (1991, p. 86) esclarece que o Programa de Colonização Oficial visava “forçar estes colonos a iniciarem o processo de abertura da região para que fossem formando um contingente de mão de obra à disposição do capital”, já que o processo de desenvolvimento e internacionalização compunha muitas intervenções na Amazônia com projetos agropecuários e minerais e para isso necessitavam de força de trabalho para sua execução.

Nesse sentido ainda, Becker (1990, p. 31) reforça que outro ponto importante para a realização destes povoamentos significava a solução para os conflitos sociais ao absorver camponeses sem terra, ou como ressalta Oliveira (1991, p. 74), de “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”. Assim, tratava de uma distribuição de terra, mas controlada e

orientada pelo estado, como já ressaltado anteriormente, sendo uma tentativa de federalização das terras estaduais.

Concomitantemente à constituição do PIN, o governo federal lança a “Operação Amazônia” através de uma reunião com investidores nacionais e estrangeiros para a Amazônia, em 1966, e como forma de atração de empreendimentos, utilizou a política de incentivos fiscais e créditos especiais a juros baixos.

Assim, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras na Amazônia, subsidiando as empresas agropecuárias através dos incentivos fiscais regulamentados por lei em 1968.

Segundo Becker (1990), entre 1966 e 1985, foram criados 590⁷ projetos agropecuários distribuídos pela região amazônica, com maior concentração na região do estado do Pará e norte de Mato Grosso. Esses empreendimentos baseavam-se na criação de gado bovino devido à exigência de mínimo capital e pouca mão de obra, como também a exploração da madeira.

Para reforçar as estratégias e ações do PIN, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1972 a 1974, de modo a acentuar:

a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de integração nacional, ou seja, procurar expandir a fronteira econômica do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste (COSTA, 1988, p. 63).

Com isso, a estratégia do I PND era ocupar a Amazônia⁸ a partir do deslocamento da fronteira agrícola para a região como também criar condições de incorporá-la à economia de mercado. O foco também estava na região Nordeste, tendo como objetivo buscar o desenvolvimento desta localidade, como também amenizar a situação de conflito de terras e de seca que assola a população, para isso, direcionando para a Amazônia grande contingente populacional dessa região.

Tanto o PIN quanto o I PND serviram como instrumento de construção das bases para a introdução do capital internacional no Brasil, principalmente na Amazônia. Esses foram consubstanciados através de um grande projeto de integração nacional que buscou a

⁷ Calcula-se que muitos projetos são fictícios, outros foram cancelados ou encontram-se em condições precárias. Deste modo, estima-se que somente 20% foram efetivamente implantados.

⁸ Consideravam que a Amazônia fosse desocupada, sem levar em consideração as populações da região como os indígenas, seringueiros, posseiros, dentre outros.

articulação espacial do território através das rodovias, assim, ligando as regiões antes isoladas, como também incentivou projetos de ocupação da área com destino de fluxos migratórios, principalmente nordestinos, para a formação de mão de obra para os empreendimentos instalados e, por fim, facilitou a aquisição de terras através da atração de incentivos fiscais.

Assim, a Amazônia estava dotada de infraestrutura, de terra abundante e disponível e com mão de obra acessível, ou seja, a região reunia condições favoráveis para a instalação de empreendimentos econômicos, o que facilitou a penetração das multinacionais como afirma Oliveira (1991) de que:

o rosto do governo militar não precisava mais da máscara falsamente nacionalista, pois aprofundavam-se ainda mais a internacionalização da economia brasileira e a “entrega” da Amazônia ao grande capital estatal/nacional e estrangeiro.

Deste modo, o II PND (1975-79) marca a mudança de enfoque nas diretrizes, já que o capital internacional ocupava com destaque as estratégias, sem a necessidade das mediações construídas pelo discurso do “desenvolvimento nacional”.

A ênfase do II PND estava em setores e em áreas que contribuíssem para as exportações, principalmente relacionados ao desenvolvimento agropecuário e mineral. Por isso, a concentração de investimentos foi específica em empreendimentos privados e nacionais e não privilegiava a região em sua totalidade.

Assim, através dessa proposta, criou-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que abrange parte do território goiano e mato-grossense com instalação de obras de infraestrutura (armazéns e estradas) para viabilizar a produção de soja.

Outro desmembramento do II PND foi o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que cobria áreas cortadas pela BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) com programas de colonização em Rondônia e desenvolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso, lembrando que o interesse em Rondônia vinha das jazidas de cassiterita.

Por fim, há também a instalação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com 15 polos em áreas amazônicas que já

apresentavam infraestrutura e concentração populacional. Além do enfoque na pecuária e na mineração, buscava a integração com projetos florestais como a exploração da madeira.

Deve-se ressaltar que a ação dos polos de desenvolvimento compunha a lógica da federalização de territórios, já mencionado acima, como elemento relevante para a definição do uso do território de acordo com o objetivo de quem controla, ou seja, o governo federal em nome do capital internacional.

O II PND demonstrou que além dos projetos agropecuários, que já faziam parte das atividades econômicas na Amazônia desde o final da década de 1960, há o especial interesse internacional em projetos de mineração na região.

Esse interesse externo dos investidores em mineração, na Amazônia, tem como estopim a 1ª crise do petróleo em 1973, e a 2ª crise em 1978, o que levou a uma reorganização das atividades econômicas dos países desenvolvidos que vê os países periféricos não somente como exportador de matéria-prima e bens semi elaborados, mas também como locais para transferir atividades altamente consumidoras de energia, como ressalta Loureiro (2009, p. 61) de que:

os países centrais procuram deslocar para os periféricos aquele tipo de indústria altamente consumidora de energia, como a produção de ferro, alumínio, celulose, que foi transferida para a Amazônia [...] e como o Brasil passava por um momento de baixo crescimento econômico e vivia um grande desgaste político, o governo federal aceitou negociar a transferência desses grandes projetos para a Amazônia, na expectativa de vir a ter lucro com eles no futuro

Assim, a instalação desses empreendimentos na Amazônia, somente trouxe benefícios para os países de origem, pois como são empresas internacionais consorciadas com o capital nacional canaliza renda para os países centrais. Os custos para sua instalação são altíssimos, o que elevou o patamar da dívida externa do Brasil. Como a produção é *in natura* ou semi elaborada gera pouca renda e pouco emprego. Então, por mais que a atividade mineradora possa gerar divisas e equilibrar a balança comercial do país, apresenta muitas contrapartidas com um déficit muito acentuado para os países periféricos (LOUREIRO, 2009).

Essa é a realidade da mineração no Brasil, principalmente, na região da Amazônia Oriental, que corresponde ao estado do Pará, que por apresentar uma constituição física com abundância em riquezas minerais apresentava um diferencial dentro da Amazônia.

Assim, para Loureiro (2009), no período que compreende a década de 1980 a 2000, os direcionamentos dos incentivos para a região amazônica são: a mineração; a pecuária “moderna” com aplicação de novas tecnologias a fim de amenizar os efeitos do desmatamento; e a produção de grãos através de uma agricultura capitalizada, articulada em agroindústrias, principalmente a soja, que se espacializa no território brasileiro saindo da região Sul e alcançando a Amazônia.

Portanto, são todos produtos que apresentam boa aceitação no mercado externo, o que passa a configurar a Amazônia a partir da década de 1990 como a fronteira das *commodities* (LOUREIRO, 2009; CASTRO, 2009).

Esta “nova” (re)organização da região amazônica baseada na produção de *commodities* acentuou a presença do capital internacional na produção e exportação de produtos que buscam atender a critérios internacionais, mas apesar da nova denominação, continua a prevalecer o caráter de exportação de matéria-prima e produtos semi elaborados que vigora no Brasil desde o final do século XIX com a economia da borracha.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, através da política de integração nacional, o Estado tinha um papel significativo ao assumir questões relevantes para a introdução do capital externo como, por exemplo, a implantação de estradas e a constituição de fluxos migratórios para a formação de mão de obra. Por outro lado, na década de 1990, o capital apresenta um caráter autônomo, se expande independente do Estado. Essas são as marcas da fronteira das *commodities*.

Segundo Loureiro (2009, p. 85), a Amazônia, através da dinâmica das *commodities*,

revela uma forte independência em relação às oscilações do mercado interno, já que a grande motivação para sua expansão, seu agente propulsor é, agora, o mercado internacional. Passa a oscilar, na medida em que a demanda e os preços desses produtos variam no mercado internacional. São eles que influenciam na abertura de novos espaços de produção, que são abertos aceleradamente nela.

Assim, a Amazônia passa a ter uma nova dinâmica, na qual há o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista das décadas de 1960-70, construindo uma independência diante da situação do país, já que sua vinculação está nas articulações externas.

Por outro lado, este modelo baseado na produção/exportação de *commodities*, por estar vinculado ao capital internacional e às leis de mercado externo, busca o aumento da

produtividade de forma acelerada, sem levar em consideração os efeitos danosos à natureza física e humana.

O reflexo da degradação provocada pelo capital refletiu no seu processo de acumulação, já que degrada as próprias condições que o criaram. Isso desperta atenção para a lógica da acumulação no sentido de manter o sistema de reprodução ao mesmo tempo em que busca a “preservação” humana e ambiental.

Essa realidade da Amazônia da década de 1990, Becker (2005a) reforça que acentuou a necessidade de repensar uma nova geografia para a região no sentido de construir um novo padrão de uso do território com vistas ao crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

A esse modelo de organização, Becker (2005a) denomina de fronteira socioambiental, por meio do qual tem como política regional para a Amazônia um novo padrão baseado na proposta de desenvolvimento sustentável.

Deste modo, conjuntamente com a proposta da fronteira das *commodities*, surge outra perspectiva baseada na proposta de fronteira socioambiental enquanto uma vinculação à perspectiva da sustentabilidade.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL AMAZÔNICO NO CONTEXTO DA PROPOSTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A proposta de desenvolvimento sustentável aparece no cenário mundial a partir das discussões oriundas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), o que possibilitou as discussões e as análises que permitiram a construção do conceito na década de 1980. Nesse período, a ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, elaborou o “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório de Brundtland. Por meio desse documento se lançou a discutir a situação ambiental na qual o mundo se encontrava e foi também o primeiro a conter o conceito de desenvolvimento sustentável.

Esse mesmo período, a década de 1970, representa também o momento de aprofundamento da crise estrutural do capital a partir do esgotamento do modelo de gestão do Estado e da produção fordista, o que gerou a crise de sobreacumulação.

Nesse sentido, a relação entre o momento de reestruturação do capital oriundo de sua crise estrutural e as discussões para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável influenciou definitivamente na elaboração das ações e estratégias que “acreditam que o mercado, se operado livremente é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 301-302).

Nesse sentido, Leff (2006) acrescenta ainda de que é a política neoliberal que conduz esse desenvolvimento sustentável que propaga a busca pelo equilíbrio ecológico e social, mas somente ocorrerá pelo crescimento econômico orientado pelo livre mercado, ou seja, fica nítida que a sustentabilidade do capital não tem como foco as questões ambientais e sociais já que são os condicionantes econômicos que guiarão o alcance de seus objetivos.

Portanto, a proposta de sustentabilidade lançada a partir da década de 1980 pelos órgãos internacionais tem como estratégia a apropriação da natureza enquanto produção de mercadoria para compor as engrenagens da lógica do capital, e para isso, as estratégias passam a ser ampliadas para a escala global.

Por isso, o modelo de *commodities* e o modelo socioambiental somente apresentam denominações diferentes, mas ambos estão vinculados à dinâmica do capital de modo a se apropriar das riquezas naturais privilegiando as grandes corporações internacionais.

Nesse contexto, podemos entender como o uso da terra na Amazônia, a partir da década de 1990 e sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável instalada pela ONU, se caracteriza pela manutenção de padrões tradicionais e a emergência de novos ligados à perspectiva da sustentabilidade. Assim, segundo Becker (2005a, p. 32) “por um lado, persiste a reprodução do ciclo expansão da pecuária/exploração da madeira/desflorestamento, porém não mais de forma tão extensiva [...] Por outro lado, duas grandes inovações se verificam na região”.

A primeira inovação diz respeito à agricultura capitalizada vinculada à agroindústria de grãos (soja), e a segunda inovação se refere aos ecomercados idealizados pela certificação dos produtos florestais como a madeira certificada obtida através do manejo florestal sustentável e o mercado de crédito de carbono.

Becker (2005a) reforça a importância da exploração da madeira certificada para o capital internacional, já que a nova organização da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global tem proporcionado outros usos do território, em que a madeira

obtida pelo manejo florestal se apresenta como uma frente importante de vinculação da Amazônia à lógica do capital.

Desse modo, ao tratar a exploração madeireira sob o sistema de manejo florestal, “abrandar”, pelo menos aparentemente, seu fardo negativo, já que tal atividade carrega consigo traços de devastação. Com isso, a associação da atividade madeireira a uma forma sustentável representa uma estratégia de legalizar a extração com a propaganda de que preserva a natureza e o território de vivência dos sujeitos da floresta e, portanto, vinculada à proposta de desenvolvimento sustentável.

Além disso, outro ponto relevante para o novo modelo de exploração da madeira baseado no manejo florestal sustentável está relacionado à necessidade posta para sua certificação diante da exigência do mercado internacional.

Segundo Porto Gonçalves (2006), o processo de certificação florestal surgiu em 1993 principalmente através da *Florest Stewardship Council* (FSC) como uma certificadora que avalia a atividade madeireira e emite um selo de produto certificado indicando que sua extração/produção está adequada aos critérios de sustentabilidade ambiental e social, ou seja, respeita a inclusão social e a conservação da floresta.

O processo de certificação, juntamente com a forma manejada de exploração da madeira, surgiu na década de 1990 como resposta diante das reivindicações dos movimentos sociais, já que a exploração florestal sempre esteve atrelada a uma forma de clandestinidade e desmatamento. E a exploração através do manejo significa sua transformação em uma atividade desenvolvida de forma racional através de estudos, pesquisas e técnicas, baseada na extração planejada e regulamentada por espécie de madeira e tempo de existência. Além disso, essa forma de utilização possibilita garantir a manutenção e preservação do território provocando o mínimo de alteração. Assim, o rótulo de madeira manejada representa além de um instrumento para minimizar a degradação ambiental, uma alternativa de renda para a população da floresta.

Contraditoriamente, o que emerge como resposta aos movimentos sociais acaba sendo um meio de desmobilizá-lo, pois a vinculação ao manejo madeireiro está ligada a mecanismos de mercado nos quais as certificadoras, que deveriam ser independentes, estão se articulando com indústrias madeireiras e ao sistema do capital internacional. Portanto, o fortalecimento tanto do sujeito em seu território como em sua coletividade representada pelos movimentos sociais acaba sendo deteriorado na medida em que o comando da

exploração fica com as empresas madeireiras e o custo da atividade a cargo do produtor ao ter que assumir todas as despesas para organizar a área e a retirada da madeira de acordo com os critérios de certificação (PORTO GONÇALVES, 2006).

Nesse sentido ainda, a desmobilização dos sujeitos acaba quando seu território passa a ser usado como sendo do capital. Então, o tempo da natureza é regido pelo tempo do capital, de acordo com a lógica da produção em larga escala e em curto tempo do produto, o que contraria o tempo da natureza que segue à lógica dos recursos. Assim, o capital passa a controlar o sujeito dentro de seu território, o que impede de exercer sua autonomia frente à sua relação metabólica com a natureza como também estende formas de degradação do sujeito em sua totalidade já que a floresta representa seu local de vida, sua base existencial, cultural e identitária como também seu local de trabalho.

Desse modo, a madeira manejada de forma sustentável passa a representar um nicho específico de mercado com vistas a atender os requisitos do novo circuito internacional. Assim, o tempo da natureza é conduzido pelo tempo do capital, o que inevitavelmente não contribui para diminuir o desmatamento e muito menos respeita o tempo do desenvolvimento de vida das espécies madeireiras e dos sujeitos que vivem nesse território.

Por outro lado, outra atividade vinculada a essa lógica socioambiental é a venda de crédito de carbono, ou seja, a própria floresta “em pé” acaba assumindo um valor acumulado por proporcionar serviços ambientais a fim de compensar o aquecimento global gerado pelos países industrializados a partir de sua lógica de acumulação.

Portanto, é através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que os países industrializados investem em países periféricos a fim de que estes se mantenham abaixo de sua cota de emissão de gás carbônico e possam “vender” os créditos que sobram como meio de suprir sua parte no Protocolo de Quioto.

Segundo Porto Gonçalves (2006, p. 357), “o Mecanismo de Certificação Florestal [MCF] não pode ser compreendido fora do contexto geopolítico que se configura ao longo dos anos de 1990 do que, talvez, seja, junto com o MDL, os exemplos mais emblemáticos do neoliberalismo ambiental”, pois ambos são resultados da lógica do capital internacional para manter seu processo de acumulação e reprodução.

Para Becker (2005a), o processo de compensação ambiental através da venda do carbono faz parte de um novo uso da terra na Amazônia a partir da década de 2000

representado pelo mercado do ar, já que diante da produção desenfreada dos países industrializados gera, conseqüentemente, níveis acentuados de degradação ambiental, principalmente pela emissão de gases causadores do aquecimento global⁹.

Diante desse cenário, a Conferência Rio-92 estabeleceu indicativos para a elaboração do Protocolo de Quioto, que foi sistematizado em 1997 com prazo de execução até 2012¹⁰. Esse tratado definiu metas para a redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, sendo que o público alvo eram os países desenvolvidos, responsáveis por 15% das emissões globais. Esses 40 países desenvolvidos deveriam “reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa, chegando a uma média de 5,2% abaixo das emissões de 1990, entre os anos de 2008 e 2012” sendo que alguns países tinham compromisso de reduzir de 8 a 10% os níveis de emissão (IPAM, 2014).

Para sua efetivação, o Protocolo de Quioto previa três mecanismos de flexibilização, com a intenção de ajudar os países desenvolvidos no alcance da meta de redução de emissões: Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) (BRASIL/MMA, 2014).

O MDL foi a forma utilizada pelos países industrializados ao fazer investimentos em preservação e reflorestamento nos países periféricos a fim de evitar as emissões de dióxido de carbono, por outro lado, ficando com os créditos da compensação dos locais que não ultrapassaram o percentual de eliminação de gases. Assim, através da compra desses “créditos de carbono” respondem às exigências de redução da alíquota de eliminação de gases estabelecida pelo Protocolo.

Há uma rede de sujeitos que constroem o negócio da venda do crédito de carbono. Primeiramente, “o titular da área que recebe pelo que deixou de desmatar, evitando, em decorrência disso, emissões de uma determinada quantidade de dióxido de carbono para a atmosfera” que são convertidas em “créditos” adquiridos por terceiros. Toda essa trama é

⁹ A vida na terra somente é possível devido ao efeito estufa, como fenômeno que mantém sua temperatura. Com a eliminação descontrolada dos gases desestabiliza esse equilíbrio do planeta e origina o aquecimento global. Segundo estimativas esse aquecimento até 2100 pode alcançar 4 graus ou mais (DAMASCENO, 2012).

¹⁰ Com o término do Protocolo de Quioto, em 2012, a Cúpula das Nações Unidas sobre Mudança Climática se reuniu, no mesmo ano, em Doha, no Catar, e selou um acordo nos quais 37 países assumem o compromisso de continuar reduzindo suas emissões de CO₂ até 2020, prazo definido para vigorar o acordo que substituirá o Protocolo de Quioto.

intermediada por pequenas ONG's transnacionais, empresas e, obviamente, instituições financeiras (PAULA, 2013, p. 42).

Segundo Porto Gonçalves (2006) foi instituído:

um mercado de direitos de poluir sob o pretexto de que seria a maneira de reduzir os custos da operação. Em vez de despoluir no lugar onde poluem, os poluidores passarão a comprar os direitos de poluir daqueles que estão abaixo de suas cotas e se dispõem a vendê-las a um preço inferior ao que teria custado a despoluição.

A essa realidade, Porto Gonçalves (2006) denomina de geografia dos rejeitos e dos proveitos, pois esta relação se estabelece através do poder de trocas assimétricas já que os países periféricos definem valores reduzidos pela captura de carbono.

Schmidlehner (2012, p. 16) reforça esta afirmação ao abordar que agora o “ônus de consertar o clima foi invertido, atribuindo-o aos povos das florestas e, gradualmente, isentando as indústrias poluidoras desta responsabilidade”.

Além de deturpar a carga de responsabilidade dos países industrializados, o sistema do capital utiliza de seu poder ideológico ao descaracterizar a causa originada do fator antropogênico, já que coloca o problema do aquecimento global como um inevitável desastre natural.

É o controle social utilizado como instrumento de persuasão da sociedade ao desvirtuar a causa do problema, desviando o foco do modo de organização do capital. Assim, se tornam soluções compensatórias apenas para contrabalançar a eliminação de gases que causam o efeito estufa pelos países industrializados, sem necessariamente buscar formas de reduzir.

A solução para a situação do aquecimento global foi encontrada nos mecanismos de mercado ao transformar os bens da natureza em mercadoria, sendo o mercado do ar o mais avançado, como reforça Becker (2005b).

Dessa forma, a floresta passa a representar outro ramo de atividade econômica para o circuito do capital, pois diante da degradação excessiva causada pela lógica do sistema, frear não significa a saída, mas compensar através de outras articulações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as políticas territoriais amazônicas das décadas de 1960 e 1970 buscaram a consolidação do processo de internacionalização da economia brasileira e principalmente amazônica através de reestruturações internas do território nacional conduzidas pelo governo federal.

Essa ação governamental permitiu com que a Amazônia alcançasse, a partir da década de 1990 a 2000, uma posição dentro da divisão internacional do trabalho, claro que ainda como exportadora de matéria-prima e bens semimanufaturados, mas através da exportação de produtos com grande aceitação no mercado internacional, as *commodities* como: madeira, gado, mineração, grãos e, mais recentemente, as atividades ligadas aos serviços ambientais, ou seja, a venda de crédito de carbono e o manejo florestal sustentável.

Como afirma Porto Gonçalves (2001) de que esse novo papel da Amazônia diante da divisão internacional do trabalho não visa à sociedade local/regional e, mesmo nacional, por ter uma relação de dependência estreita com o mercado internacional, que é quem controla o sistema de organização regional da Amazônia.

Além da interferência externa no modo de organização da região, internamente as atividades econômicas desenvolvidas desde a década de 1960 se constroem em grandes extensões de terra, diante da exploração e precarização dos trabalhadores e pelo acentuado processo de desmatamento para implantação dos empreendimentos, o que geraram concomitantemente processos de expropriação de posseiros, indígenas, seringueiros que vivem na área. É o estopim para os conflitos sociais na Amazônia.

Assim, a produção de conflitos entre os sujeitos da floresta e as diversas personificações do capital internacional foi construída por processos de luta e resistência das mais diferentes formas e envolvendo os mais diferentes protagonistas.

Portanto, é através desse cenário de readequação da região amazônica diante da economia internacional que os sujeitos da floresta foram perdendo sua autonomia e seu território de vida e de trabalho, por muitas vezes cerceada pela perda da posse da terra, por outras do controle da terra pelo capital, e assim, encontraram na luta e na resistência formas de se (re)criar na floresta.

REFERÊNCIAS

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005 (a), p.23-44.

_____. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**. 19 (53), p.71-86, 2005 (b).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: abril de 2014.

CASTRO, Edna. Amazônia: fronteira de commodities. In: **Contra Corrente**. Para quem desafia o pensamento único. Brasília: REDEBRASIL, novembro de 2009, p.09-11.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: USP, 1988.

DAMASCENO, Marcio. **Conferencia do Clima prorroga Protocolo de Kyoto até 2020**. (2012). Disponível em: <<http://www.dw.de/conferencia-do-clima-prorroga-protocolo-de-kyoto-até-2020/a-1643941>>. Acesso em: abril de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA (IPAM). **Qual o objetivo do Protocolo de Quioto e quais são as metas específicas com as quais os países se comprometeram? E para quem elas valem?** Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/Qual-o-objetivo-do-Protocolo-de-Quito-e-quais-sao-as-metas-especificas-com-as-quais-os-paises-se-comprometeram-E-para-quem-elas-valem-/21/11>>. Acesso em: abril de 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para (não) entregar**. Políticas públicas e Amazônia. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

PAULA, Elder Andrade. **Capitalismo Verde e transgressões**. A Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia Insustentável**. Zona Franca de Manaus-estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

SCHMIDLEHNER, Michael F. A função estratégica do Acre na produção do discurso da economia verde. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Dossiê Acre**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercados da natureza escondem. Disponível em: www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf. Acesso em: junho de 2012. p.13-19.

Submetido em: 01 de junho de 2017

Aceito em: 26 de julho de 2017